



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 18, n. 9, art. 8, p. 135-148, set. 2021

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.9.8>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



A Romantização da Pobreza e o Papel Social da Mulher: Um Estudo Sobre suas Representações

The Romanticization of Poverty and the Social Role of Women: A Study of their Representations

Werena de Oliveira Barbosa

Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, FAFIC

E-mail: werenabarbosa@alu.uern.br

Jéssica Suellin Nogueira Leite

Aluna especial em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Graduação em Enfermagem pelo Faculdades Integradas de Patos

E-mail: jessicaleite@alu.uern.br

Bertulino José de Souza

Doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra - Portugal
Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

E-mail: bertulinosouza@uern.br

Endereço: Werena de Oliveira Barbosa
BR 405, KM 3, Arizona 59900-000 – Pau dos Ferros-RN,
(84) 3351-2560. Brasil.

Endereço: Jéssica Suellin Nogueira Leite
BR 405, KM 3, Arizona 59900-000 – Pau dos Ferros-RN,
(84) 3351-2560. Brasil.

Endereço: Bertulino José de Souza
BR 405, KM 3, Arizona 59900-000 – Pau dos Ferros-RN,
(84) 3351-2560. Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 15/08/2021. Última versão recebida em 29/08/2021. Aprovado em 30/08/2021.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O papel social da mulher, na maioria das vezes, está interligado à sua função enquanto esposa, mãe e zelante do lar. Essa teoria vem atravessando os tempos ainda por meio de um pensamento retrógrado e pouco discutido, principalmente quando somada à pobreza, um ponto agravante e presente na realidade de muitas mulheres brasileiras. Dessa forma, é importante refletir sobre as marcas que a desigualdade social deixa na vida das mulheres e não se conformar com a ideia de que o poder de escolha individual é suficiente para ampliar os horizontes. Este artigo consiste em uma revisão bibliográfica narrativa que busca discutir a respeito do papel social da mulher e as suas representações diante do contexto da romantização da pobreza, que tenta justificar o preconceito e a desigualdade enfrentada por essa classe social. Nesse sentido, percebe-se que a pobreza não é romântica e não é desejada, pois ninguém possui como projeto de vida ser pobre. Ela é fruto do sistema capitalista e arbitrada por uma ordem social perversa e silenciosamente consentida e isso é um fato que recai sobre o “ser mulher”. Portanto, o presente artigo realizará uma discussão crítica sobre a questão da romantização da pobreza, bem como as representações do papel social da mulher em meio a essa realidade.

Palavras-Chaves: Romantização da Pobreza. Papel Social. Mulher. Desigualdade Social.

ABSTRACT

The social role of women, in most cases, is intertwined with their role as wife, mother and caretaker of the home. This theory has been going through the times still through a backward thinking and little discussed, especially when added to poverty, an aggravating point and present in the reality of many Brazilian women. Thus, it is important to reflect on the marks that social inequality leaves in the lives of women and not to conform to the idea that the power of individual choice is sufficient to broaden horizons. This article consists of a narrative bibliographic review that seeks to discuss the social role of women and their representations in the context of the romanticization of poverty, which tries to justify the prejudice and inequality faced by this social class. In this sense, it is clear that poverty is not romantic and is not desired, because no one has a life project as being poor. It is the result of the capitalist system and arbitrated by a perverse and silently consented social order and this is a fact that fell on "being a woman". Therefore, this article will conduct a critical discussion on the issue of romanticizing poverty, as well as representations of the social role of women in the midst of this reality.

Keywords: Romanticization of Poverty. Social Role. Women. Social Inequality.

1 INTRODUÇÃO

O papel social da mulher vem se sustentando em várias sociedades e por diversos períodos na história da humanidade, através de narrativas fantasiosas nas quais a figura feminina exerce a função, exclusivamente, de esposa, mãe e cuidadora do lar, vista como a provedora de amor e fonte de força e resiliência. Esse falso ideário supõe que existe algo em comum entre as situações de todas as mulheres, compreendendo suas condições sociais desiguais e o meio em que vivem.

As mulheres compõem, hoje, uma categoria de trabalhadoras marginalizadas, subproletarizadas, precarizadas. De maneiras particulares, porém, com algumas características comuns, onde cada uma vivencia os reflexos da desigualdade e da pobreza, assim como toda uma série de conflitos presentes em sua realidade. Elas formam o elo mais fraco da cadeia produtiva, da invisibilidade e humilhação social, da violência simbólica e da sua condição de vulnerabilidade, seja enquanto categoria de trabalho ou enquanto sujeito social (TEODORO, 2017).

Tendo em vista que a pobreza tem o seu conceito vinculado a uma situação social e econômica, caracterizada pela carência e privação das necessidades básicas, apesar de não ser determinística, essa questão estrutural serve como cenário para a construção das experiências femininas. (FONSECA *et al.*, 2021).

De acordo com Souza (2016, grifo nosso), o entendimento da “romantização do sofrimento” dessas classes é que legitima a dominação social. Nesse sentido, reproduzir as representações sociais que formam os catálogos e cartelas na vida do “ser mulher” e do “ser pobre” não traduz um subtexto mágico. Nas condições de classe, gênero e etnia, as disposições de oportunidades, na dinâmica social, são mais limitadas, na qual essas injustiças não favorecem nem aos sujeitos envolvidos, nem à sociedade (MOTA, 2019, grifo nosso).

Essa discussão apresenta, enquanto justificativa, refletir sobre algo que as mulheres têm em comum, como as marcas que a desigualdade social deixa em suas vidas, apesar de suas especificidades, pessoalidades e singularidades. E para elas, acreditar que, atualmente, a ideia mágica de poder de escolha individual é suficiente para ampliar os horizontes é uma falácia.

A pobreza não é romântica e não é desejada, pois ninguém possui como projeto de vida ser pobre. A pobreza é compulsória e arbitrada por uma ordem social perversa e silenciosamente consentida (TEODORO, 2017). Portanto, o presente artigo tem como

objetivo atualizar os leitores sobre a questão da romantização da pobreza, bem como as representações do papel social da mulher em meio a essa realidade.

2 METODOLOGIA

Este artigo consiste em uma revisão bibliográfica narrativa que busca discutir a respeito do papel social da mulher e as suas representações diante do contexto da pobreza, enfatizando a sua função de esposa, mãe e zeladora do lar, idealizada e atribuída ao longo dos anos a classe feminina, como se a mulher não tivesse que enfrentar o preconceito e a desigualdade, se sujeitando a qualquer tipo de trabalho, não anulando nenhuma de suas funções.

Nesse sentido, a pesquisa narrativa pode ser definida como

um tipo de pesquisa qualitativa aberta, humanista, holística, interpretativa, contextualizada culturalmente, focada na reflexão metacognitiva dos sujeitos sobre suas experiências singulares, comprometida com a produção de conhecimento novo e com a coerência epistemológica, registrada na forma de uma narrativa pedagógica escrita por um pesquisador que é, ao mesmo tempo, pesquisador, autor, escritor e sujeito/personagem (SOLIGO; SIMAS, 2014, p. 416)

Desse modo, buscamos apontar que esse fenômeno inicialmente discutido sobre a mulher é complexo, exigindo mais verificações sobre o tema e sem desconsiderar o sujeito e suas relações, o qual ainda é pouco discutido na literatura brasileira.

O levantamento bibliográfico foi realizado livremente por meio de busca em bases de dados como Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal CAPES.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Desigualdades e vulnerabilidades sociais

As desigualdades sociais que afetam nosso País não fazem parte de um cenário recente. Pelo contrário, a pobreza, as desigualdades e as vulnerabilidades são objetos de estudos sociais e políticos há bastante tempo e, ainda assim, não se possui um arcabouço de políticas eficazes no enfrentamento dessas negligências aos direitos dos indivíduos. Abramo (2004) corrobora esse discurso ao destacar que desigualdades e discriminação de gênero e raça são

problemas que dizem respeito à maioria da população, e que em diversos indicadores sociais a figura feminina está em desvantagem simétrica em relação à masculina.

Um dos principais marcadores das situações de vulnerabilidade e desigualdade social é a mensuração da fome entre as populações. A segurança alimentar, segundo a Lei nº 11.346 consiste no direito de todo cidadão ao acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade necessárias à promoção da saúde do indivíduo, sendo dever do poder público garantir políticas públicas e ações para assegurar esse direito (BRASIL, 2006).

Em um estudo recente e nacional sobre a Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia do COVID 19, foram visitados, durante o mês de dezembro de 2020, 2180 domicílios em todas as regiões do Brasil. Dentre os entrevistados, 55,2% se encontravam em situação de Insegurança Alimentar (IA), sendo 9% em sua forma grave (PENSSAN, 2021).

As características mais relacionadas à IA grave foram: sexo feminino, ou raça/cor de pele autodeclarada preta/parda, ou menor escolaridade. Outros resultados marcantes foram relacionados ao desemprego ou trabalho informal. No Norte e Nordeste foram verificados os maiores índices de perda de emprego ou redução dos rendimentos familiares (PENSSAN, 2021).

Logo, depreende-se que a segurança alimentar, direito básico dos indivíduos, não está sendo garantida para parte considerável da população brasileira, vulnerabilizando as condições básicas para a saúde e bem estar dos cidadãos e repercutindo em outros problemas, como a romantização da pobreza e fragilidade social.

Ampliando o espectro de fatores relacionados à pobreza, Azeredo (2010) destaca que a desigualdade não pode ser vista como um conceito único, tendo em vista a pluralidade que envolve as relações, papéis e os sujeitos sociais que se entrelaçam nos cotidianos.

Dentre esses aspectos, a autora considera as diferenças entre homens e mulheres que, embora tenham sido minimizadas no campo jurídico, na perspectiva social e política essas disparidades ainda são marcantes, tendo em vista que a conquista de novos espaços só aumentou as responsabilidades públicas e privadas (AZEREDO, 2010).

Pinheiro et al. (2009), em um relevante estudo sobre as desigualdades entre gênero e raça, destacaram que no período de 1993 a 2007, o Brasil manteve a tendência de aumento no número de famílias chefiadas por mulheres, que pode representar uma precarização de vida e trabalho feminino, mas sobretudo aponta como um importante fator de desigualdade de gênero.

Em um estudo que almejou identificar a diversidade de dimensões da pobreza, Bagolin, Souza e Comim (2012) ressaltam que a pobreza se manifesta de forma diferente entre homens

e mulheres, à medida que essas referem maior percepção de humilhações, rede de apoio reduzida e privações mais evidentes, mesmo quando buscam meios de sair da situação de pobreza, reforçando a necessidade de elaboração de políticas públicas mais equânimes.

Cordeiro *et al.* (2020) corroboram o pensamento de que por anos a figura feminina orbitava por espaços de subordinação, a partir de atitudes centradas no patriarcado e no machismo, colocando o sexo como fator determinante de desigualdade. Destacam ainda que, mesmo quando busca por espaço nos campos de empreendedorismo, esse é visto como uma atividade de predominância masculina.

Teixeira e Bomfim (2016) ao estudar o empreendedorismo feminino, apontam que ao optar por essa vertente de trabalho, muitas mulheres carregam consigo as frustrações e sentimento de culpa, o cansaço pelo acúmulo de tarefas, e acabam se penalizando no âmbito do autocuidado, afetando assim, sua autoestima e a saúde física e emocional.

Nota-se, portanto, que a romantização da super capacidade da mulher acaba por lhe gerar mais sobrecarga, desgastes e negligência com suas próprias necessidades, a partir da necessidade de ser sempre excelente mulher, mãe, esposa e profissional.

3.2 Gênero, pobreza e políticas públicas

O ser mulher carrega um fardo de cargas, tarefas e necessidades alheias e pessoais a cumprir, e quando os associa à situação de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade, torna-se urgente uma ação do Estado, no intuito de minimizar danos e garantir-lhe os direitos básicos como indivíduo biológico, político e social.

Programas e políticas públicas para a saúde mental das mulheres devem considerar não somente o binômio queixa-medicação, mas expandir o olhar multidimensional que possa intervir efetivamente em situações relacionadas ao cotidiano das mulheres, como violência de gênero e autonomia (COUTO-OLIVEIRA, 2007).

Abramo (2004) endossa esse pensamento destacando que os grandes desafios na elaboração de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e à geração de emprego estão na compreensão das causas associadas à pobreza, especialmente aqui os problemas enfrentados pelas mulheres, identificando vulnerabilidades e elaborando respostas adequadas às necessidades diagnosticadas.

Para tanto, destaca que é relevante incorporar características de gênero e raça nas metodologias de mensuração da pobreza, visibilizando situações peculiares a mulheres e outras minorias (ABRAMO, 2004).

A elaboração de políticas públicas transversais e efetivas de combate à pobreza e desigualdades de gênero é um desafio que só pode ser alcançado a partir do conhecimento das variáveis envolvidas nesse processo de vulnerabilidade e da promoção da autonomia dos sujeitos.

O bem estar da mulher em situação de pobreza passa por diversos determinantes e condicionantes, como saúde, educação, renda, moradia em condições dignas para ela e para os seus. Romantizar a pobreza através do empreendedorismo que esconde condições de emprego e renda ineficazes, ou da sobrecarga de tarefas mascarada por uma força superior feminina é a certificação da falha de nossas políticas públicas e a comprovação da urgência de retomada desse debate nas agendas nacionais e locais.

3.3 O ser mulher, o ser pobre

Desde a pré-colonização do Brasil, as ideologias europeias centradas a respeito de quem seria a mulher, definem o termo como sendo aquela de papel inferior ao homem, responsável por dar à luz, criar os filhos e a manter a ordem da casa, desprovida de outros papéis sociais que não sejam os de mãe, esposa e dona de casa (WAGNER; HUBACK, 2016).

Ainda conforme as autoras Wagner e Huback (2016), resumir a mulher a uma simples marca biológica não condiz com seus diversos outros conceitos, fatores e posicionamentos enredados perante a sociedade. Essa forte subjugação pela marcação de gênero foi trazida ao Brasil, e se perpetua até o momento atual, por consequência da cultura de colonização arraigada no pensamento social.

Para tanto, a cor, começou a ser um fator determinante de posição social nas sociedades colonizadas. Nos países ocidentais modernos, mesmo mulheres brancas, casadas, abastadas financeiramente, acabaram por ocupar uma posição inferior à dos homens ou se sentiam ameaçadas pela figura masculina. Mesmo com o fim do colonialismo as noções de poder em relação à cor continuam bem divididas na atualidade. Ocupar uma posição de mulher, negra e pobre pode ser considerada como a mais marginal de todas (WAGNER; HUBACK, 2016).

A posição em que se encontra uma mulher branca, cisgênero, de origem europeia, abastada financeiramente, cristã e heterossexual será muito diferente da ocupada por uma mulher negra, de descendência africana, pertencente a um país colonizado, pobre e não-cristã. A marcação do gênero é apenas um fator que as aproximam, mas existem múltiplos outros que as afastam dentro das estruturas de poder firmadas a partir das missões colonizadoras (WAGNER; HUBACK, 2016, p. 6).

Os contextos desiguais da pobreza e o papel social feminino atravessam as histórias de vida das mulheres em cenários e sentimentos diferentes. Porém, são relações tão homogêneas que não existe uma forma de dimensioná-las. O silenciamento da autonomia, a gestação e o casamento inesperado são representações identificadas que forçaram um rearranjo familiar que dificulta o acesso à escola, a outras formas de conhecimento, à renda, à criação de novas habilidades e potencialidades reproduzindo a pobreza intergeracional (MOTA, 2019).

Ainda no pensamento de Mota (2019), o silêncio e o afastamento da mulher em relação ao espaço público, está ligado à esfera privada do lar, da família, que nem sempre é local de harmonia e de realização. Para Souza (2016), o mundo moderno é dito pela ideologia liberal como mundo de possibilidades, mas isto não ocorre na prática. As exigências avassaladoras, o crescimento da competitividade, o aumento da pobreza e o distanciamento feminino da esfera pública, tendem a aumentar os índices de ausência de mulheres na política, na ciência, na igualdade de salários, dentre outras disparidades (SOUZA, 2016).

As diferenças de privilégios, de acesso ao conhecimento, os desequilíbrios de poderes, minam as chances de realização humana, do exercício de dignidade. A falta é inerente ao humano, mas as faltas que as pobres, as desigualdades proporcionam atingem de modo mais violento os inabilitados, a ralé, as mulheres, os negros, as ditas minorias (MOTA, 2019, p. 42).

A completa e dinâmica rede de relações que se estabelece no cotidiano tem como um de seus aspectos a feminização da pobreza, pautada na desigualdade de gênero. Nessa esfera, pode-se visualizar um contexto amplo que considera as condições materiais de vida das mulheres, os múltiplos processos discriminatórios no trabalho e no dia a dia de modo geral, na carga de responsabilidade extra no nível do cuidado dos filhos e da família, quando sendo a principal responsável na luta contra a pobreza (ACCORSSI; SCARPARO, 2016).

Mota (2019, grifo nosso) corrobora que, sendo essa associação repleta de elementos de uma retroalimentação da pobreza em suas mais diversas configurações, as produções simbólicas e representações sociais do “ser mulher”, trazem embutidas obrigações sociais que, aliadas ao contexto de pobreza, favorecem um desenvolvimento individual, social e educacional enfraquecido. O desenvolvimento diz respeito à vida e às expectativas dos habitantes de uma nação, uma ambição que deve ir muito além de simplesmente a renda (GREEN, 2009).

É extremamente atual a discussão sobre as tarefas domésticas, e o movimento de mulheres contemporâneas tem representado as tarefas domésticas como elementos essenciais da opressão feminina. Alguns autores, como Ângela Davis, discutem isso em suas obras. Em

um dos seus livros intitulado “Mulheres, raça e classe” pode-se entender que a humanidade das mulheres é desvirtuada pelo trabalho doméstico. Ela é feminina assim como o homem é masculino, mas ela não é humana como ele é humano. A vida em casa não traz à luz nossa humanidade, pois todas as marcas distintivas do progresso humano estão do lado de fora (GILMAN citado por DAVIS, 2016).

Souza (2016, grifo nosso) utiliza o termo de “ralé brasileira” para designar aquela categoria de cidadãos condenada ao rebaixamento social, na qual a ordem social não é questionada e se reproduz há décadas. A noção do mérito individual é incorporada pela sociedade, na medida em que se satisfazem com o modo como vivem seus destinos e, ainda, quando o fato de se conformarem com a sua situação de pobreza. O autor utiliza esse termo, não de forma pejorativa, visto que esta categoria de cidadãos se refere a uma população com pouco acesso a formação e educação que permitam compreender a estrutura social na qual estão inseridos e refletir sobre sua posição econômica e/ou social.

A condição de precariedade e marginalidade social faz com que os indivíduos demandem todo o seu tempo para a satisfação de necessidades imediatas, por meio de trabalhos com pouca ou nenhuma especialização à altura do mercado, ou seja, não atendem à prerrogativa de produtor útil, trazendo à tona a conformação com o mínimo para sobrevivência (SOUZA, 2016).

Em uma pesquisa realizada por Teodoro (2017) intitulada “Trabalhadoras coletoras de material reciclável: o desafio de dar voz sem romantizar a pobreza” apresenta a história de duas idosas catadoras de material reciclável em Diamantina, Minas Gerais, que estratifica, como diz Souza (2016) a percepção de que são meros corpos disponíveis e submetíveis a qualquer tipo de trabalho precarizado. Desse modo, não lhes sobra sequer, tempo para pensarem no futuro e fazerem projeções pessoais. A falta de sonhos e projetos de ambas as mulheres, nesse caso, pode ser mais um indicador dos reflexos da desigualdade. A preocupação com as necessidades mais imediatas e até mesmo a ausência de recursos pessoais e econômicos que possibilitem realizações significativas são entraves ao vislumbre de um porvir que possa ser diferente da realidade pobre de ambas. (SOUZA, 2016).

Torna-se factível discutir a gênese que produz este tipo de desigualdade, capaz de criar diferenciações sociais, culturais, econômicas de forma tão discrepantes e incoerentes a uma sociedade que se pretende em desenvolvimento.

Desse modo, a discussão pública sobre a viabilidade de transformar as tarefas domésticas em algo socialmente possível, abandonando o aspecto degradante e opressivo, principalmente porque constituem um trabalho não remunerado, é algo que vem sendo

anulado pela ideologia burguesa. Porém, existem movimentos em vários países capitalistas, cuja principal preocupação é a situação de opressão das donas de casa. As ativistas requisitam um pagamento semanal do governo e lançam a reivindicação por salários, o que seria a chave para melhorar a condição da dona de casa e a posição social das mulheres em geral (DAVIS, 2016).

O Movimento pela Remuneração das Tarefas Domésticas teve origem na Itália, em 1974. Esse movimento tem como estratégia a reivindicação como o foco principal da campanha pela libertação feminina, em geral, a remuneração contém a chave para a emancipação das donas de casa, posta como a questão central de todo o movimento da classe trabalhadora (DAVIS, 2016).

[...] o caráter privado dos serviços da casa é, na verdade, uma ilusão. A dona de casa, insiste ela, apenas parece estar cuidando das necessidades privadas de seu marido e de suas crianças, mas os reais beneficiários de seus serviços são o atual empregador de seu marido e os futuros empregadores de suas crianças (DALLA COSTA citado por DAVIS, 2016, p. 222).

Com isso, o papel da mulher no ciclo de produção permaneceu invisível porque ela tem sido isolada em casa, forçada a realizar um trabalho considerado não qualificado, o trabalho de dar à luz, criar, disciplinar e servir o trabalhador produtivo. A reivindicação de que a dona de casa seja paga é baseada na suposição de que ela produz uma mercadoria tão importante e valiosa quanto as mercadorias que seu marido produz no emprego, no qual as mulheres são criadoras da força de trabalho vendida pelos membros de sua família como mercadoria no mercado capitalista (DALLA COSTA citado por DAVIS, 2016).

Desse modo, percebe-se que a dona de casa executa o papel de uma real trabalhadora, oculta no interior do processo de produção capitalista, e que ela está, mais exatamente, relacionada com a produção no sentido de uma precondição, uma vez que o empregador só se preocupa com a disponibilidade e a capacidade de gerar lucro, ele não está preocupado com o modo como a força de trabalho é produzida, ou seja, o processo de produção capitalista se sobressai pressupondo a existência de um conjunto de trabalhadoras exploráveis (DAVIS, 2016).

Se tarefas executadas dentro dos lares das classes média e alta são reservadas aos mais pobres, o que dizer de uma lida que se relacione diretamente com o lixo nas ruas, sem nenhum tipo de vínculo empregatício ou resguardos trabalhistas? A partir desses apontamentos, não obstante a precarização, existe um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores que podem

sofrer constrangimentos oriundos dos intensos processos de modernização e globalização (TEODORO, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se demonstrar, no presente artigo, as inúmeras e fantasiosas narrativas criadas em torno da figura feminina, relacionando-as com as vivências de pobreza e desigualdade social. A mulher, cujo papel social se baseia numa igualdade irreal, experimenta uma realidade marcada por diferentes privilégios e oportunidades, quando comparados à realidade do homem.

Rainha do lar, provedora de amor e cuidados ilimitados, fonte de força e resiliência, esses são alguns dos discursos usados pelo machismo e o patriarcado encobertos pela cultura e pelas histórias de vida, responsáveis por uma jornada de trabalho sobrecarregada entre as tarefas de mãe, esposa, provedora e, quando possível, mulher.

Quando essa jornada é marcada ainda pela pobreza e pela vulnerabilidade social, torna-se ainda mais impactante o desgaste sobre a vida e a saúde da mulher. Como saída, muitas vezes ela se sujeita ao trabalho precarizado formal ou informal, sendo este último romantizado pelo nome de empreendedorismo.

Pensar em processos que ocasionam desigualdade social, exclusão de grupos ou indivíduos, seja por sua condição econômica, seja por sua filiação étnica, criminalização da pobreza ou marginalização de determinadas práticas, deveriam ser amplamente discutidos, a fim de promover a equidade de direitos para o pleno exercício da cidadania. Desse modo, as relações sociais contemporâneas implicam, entre outras reflexões, em considerar as influências e consequências da modernidade capitalista e da globalização na vida de indivíduos e coletividades (TEODORO, 2017). Frente às questões sociais, culturais e econômicas já expostas, é importante compreender os momentos nos quais a limitação imposta pelo contexto e pelas questões estruturais se sobrepõe.

Conhecendo essa realidade, é dever do Estado identificar as situações de violação dos direitos da mulher e as características intrínsecas ao cenário de pobreza e desigualdade social que a rodeia, utilizando esse conhecimento na elaboração de políticas públicas transversais, equânimes e efetivas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Nota técnica. **Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas**. Repositório do Conhecimento do IPEA, nov. 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5244/1/bmt_n.25_perspectiva.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.

ACCORSSI, A; SCARPARO, H. Representações Sociais da Pobreza. *In: Implicações Psicossociais da pobreza; diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ytN3F4Y7zJJG7rn5NBbkHdG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

BAGOLIN, I. P.; SOUZA, O. T.; COMIM, F. V. Gênero e pobreza multidimensional no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 2, n. 45, p. 387-408, ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/QzdbFVJFPjNwY7jQqPJ54TL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Brasília: DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 25 maio 2021.

CORDEIRO, A. I. S. *et al.* Mulher empreendedora: desafios e oportunidades. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, ISSN 2254-7630, set. 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/09/mulher-empreendedora.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

COUTO-OLIVEIRA, V. **Vida da mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência**. 274f. 2007. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, out. 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2862/1/22007_VeruscaCoutodeOliveira.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

DAVIS, A. 1944. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: [https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler-
agora.jegueajato.com/Angela+Davis/Mulheres,+Raca+e+Classe+\(314\)/Mulheres,+Raca+e+Classe+-+Angela+Davis?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf](https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler-
agora.jegueajato.com/Angela+Davis/Mulheres,+Raca+e+Classe+(314)/Mulheres,+Raca+e+Classe+-+Angela+Davis?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf). Acesso em: 29 maio 2021.

FONSECA, K. K. D. *et al.* Nível de pobreza e sintomas depressivos em mulheres mães. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 11411-11427, jan. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/23990/19248>. Acesso em: 5 maio 2021.

GREEN, D. **Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo**. São Paulo: Cortez; Oxford, Oxfam Internacional, 2009.

MOTA, J. M. N. **Elas entre desigualdade: um estudo das representações sociais de adolescentes grávidas sobre a pobreza e o papel social da mulher**. 100f, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Curso de Psicologia, Sobral, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45038/1/2019_tcc_jmmota.pdf. Acesso em: 16 maio 2021.

PENSSAN, Rede. **Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil**. VIGISAN, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

PINHEIRO, L. *et al.* **Retrato das Desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea: SPM: UNIFEM, 2008. 36p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3223/1/Livro_RetratoDesigual.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

SOLIGO, R. A. SIMAS, V. F. Pesquisa narrativa em três dimensões. *In: VI Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica – CIPA*, 6., nov. 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. BIOgraph, p. 414-425, 2014.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016.

TEIXEIRA, R. M.; BOMFIM, L. C. S. Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 44-64, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/gMZSnDRNmR7N5PpZLsmSvsw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

TEODORO, D. A. S. B. Trabalhadoras coletoras de material reciclável: o desafio de dar voz sem romantizar a pobreza. *In: XII Encontro Regional Sudeste de História Oral. Alteridade em tempos de (in)certezas: escutas sensíveis*, 2017. **Anais [...]**, Diamantina, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-DyN79jnP5kYUuhQ1jphisVrPwFVXo_C/view. Acesso em: 11 maio 2021.

WAGNER, B. HUBACK, S. R. Vanicléia: preta, pobre e mulher. Congresso Internacional de História. Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, **Anais [...]**. Jataí, set. 2016. Disponível em: http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1477957803_ARQUIVO_TEXTOANAIS.pdf. Acesso em: 29 maio 2021.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

BARBASA, W. O; LEITE, J. S. N; SOUZA, B. J. A Romantização da Pobreza e o Papel Social da Mulher: Um Estudo Sobre suas Representações. **Rev. FSA**, Teresina, v.18, n. 9, art. 8, p. 135-148, set. 2021.

Contribuição dos Autores	W. O. Barbasa	J. S. N. Leite	B. J. Souza
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.			X